

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.480 - RS (2020/0020549-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : SUELI DA SILVA BONETTI
ADVOGADO : ROSELILCE FRANCELI CAMPANA - PR023883

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO REMESSA EX OFFICIO INEXISTÊNCIA APOSENTADORIA RURAL POR IDADE TRABALHADOR RURAL REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR REQUISITOS LEGAIS PREENCHIMENTO INÍCIO DE PROVA MATERIAL COMPLEMENTAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL CONECTÁRIOS LEGAIS DA CONDENAÇÃO RE N 870947/SE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EFEITO SUSPENSIVO INDEFINIÇÃO DIFERIMENTO PARA A FASE DE CUMPRIMENTO CONECTÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA TUTELA ESPECÍFICA IMPLANTAÇÃO IMEDIATA DO BENEFÍCIO

Alega violação do art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/91 e da Súmula n. 149 do STJ, no que concerne à prova material contemporânea ao período de carência para comprovação do exercício da atividade rural, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Dito de outro modo, a parte autora deveria comprovar o exercício de atividade rural num determinado período, de acordo com os limites dados pelos requisitos de idade e requerimento do benefício, entretanto, só apresentou documentos cujo conteúdo ou emissão não coincidem com este período, isto é, não são contemporâneos. (fls. 220).

[...]

No caso em apreço, embora tenho sido apontada a existência de prova material, verifica-se que ela é absolutamente extemporânea ao período que pretendido para averbação, o que equivale a dizer que inexistente prova para o período, atraindo a aplicação do entendimento deste E. STJ nos Temas 297 e 554, como, aliás, este Tribunal tem feito ao decidir monocraticamente a matéria, a exemplo do RESP 1.639.477/PR, RESP 1.647.496/PR e RESP Nº 1.624.653 RS, dentre outros. (fls. 220).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Em que pese a autarquia previdenciária ter afirmado inexistir provas materiais contemporâneas, observa-se do trecho retirado do voto que a autora juntou aos autos documentos que constituem início de prova material afim de comprovar a sua condição de rurícola ao longo do período de carência. Além disso, em uma análise conjunta com os depoimentos das testemunhas ouvidas em juízo levaram a conclusão segura da condição de lavradora em regime de subsistência familiar da autora. (fl. 211).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ademais, no que concerne à alegação de violação à Súmula 149/STJ, não é cabível o recurso especial por ofensa a enunciado de súmula dos tribunais.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 518 do STJ: “Para fins do art. 105, III, 'a', da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula”.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1.532.990/MT, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/2/2019; AgInt no REsp 1724930/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 22/8/2018; AgRg no AREsp 741.903/DF, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 4/12/2015; e AgRg no AREsp 10.529/DF, relator Ministro Newton Trisotto (Desembargador Convocado do TJ/SC), Quinta Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente